



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO  
DO DIA 3 DE JUNHO DE 2014**

**HORA:** 10H00

**LOCAL:** Câmara Municipal de Alijó

**EXECUTIVO**

**PRESIDENTE:** Eng.º Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

**VEREADOR:** Eng.º João Manuel Gouveia da Costa

**VEREADOR:** Dr. Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

**VEREADOR:** Eng.º José Rodrigues Paredes

**VEREADOR:** Dr. António Joaquim Fernandes

**VEREADOR:** Dr.ª Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

**VEREADOR:** Prof. Manuel Adérito Figueira

**SECRETARIADO POR:** Luís Filipe Maneta Carvalho

Contém \_\_\_\_\_ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Doslumbrante Património Natural

# CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

**ATA N.º 11/2014**

## **REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 3 DE JUNHO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO:** ENG.º JOSÉ RODRIGUES PAREDES

**VEREADORES PRESENTES:** ENG.º JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA  
DR. LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES  
DR. ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES  
DR.ª CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS  
PROF. MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

**AUSENCIAS JUSTIFICADAS:** ENG.º CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

**SECRETARIOU:** LUÍS FILIPE MANETA CARVALHO  
(CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA)

**HORA DE ABERTURA:** 10H00 HORAS

**HORA DE ENCERRAMENTO:** 13H00 HORAS

**LOCAL DA REUNIÃO:** PAÇOS DO MUNICIPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

condições dos empréstimos. Reuniram com as instituições financeiras, onde colocaram algumas condições, nomeadamente: baixar o *spread*, negociar as taxas e que o prazo de pagamento fosse dilatado. Acrescenta que a Caixa Geral de Depósitos evidenciou e demonstrou algumas dificuldades, e a Caixa Agrícola demonstrou disponibilidade.

No que refere à execução do PAEL, informou que a Câmara Municipal se encontra a preparar o pedido de pagamento da segunda *tranche*.

O Sr. Vereador Miguel Rodrigues disse que:

“- Relativamente às informações hoje aqui prestadas pelo Vice-Presidente, considero que esta renegociação com a Banca no âmbito do Plano de Reequilíbrio Financeiro é muito importante, sendo de insistir nesta via, para que se obtenham resultados concretos.

- Em relação a outros assuntos pendentes, questiono sobre o ponto de situação relativamente aos acordos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia. Tivemos na penúltima reunião de Câmara uma sessão de trabalho sobre esta matéria e desde então nada mais nos foi informado. Qual a estratégia e a calendarização que o executivo permanente pretende implementar neste importante ponto?

- Na última reunião da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara anunciou que se estava a diligenciar no sentido da compra de massa asfáltica, para reparação de troços de estrada degradados, na sequência de estragos provocados pelas recentes intempéries. Pergunto também sobre se essa massa asfáltica foi já adquirida.

- Volto a colocar aqui o problema do Auditório Municipal, que está encerrado vai para dois meses. Já na penúltima reunião de Câmara foi aqui apresentada uma proposta para uma deslocação do executivo camarário ao local, para podermos constatar o que efetivamente se passa, mas até agora sem que a mesma tenha sido agendada. Questiono sobre o que tem sido feito pelo executivo permanente com vista à reabertura do Auditório Municipal.

- Em matéria de recursos humanos, coloco aqui a questão relativa ao facto de continuarmos sem chefes de divisão, nas divisões municipais de obras e urbanismo e de



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

empreendedorismo. Na ocasião da apresentação da proposta de reorganização dos serviços camarários, foi a mesma justificada pela urgência de dotar certos serviços de uma chefia de divisão. Afinal onde está a pressa, se decorrido meio ano, metade das divisões municipais continua sem chefes de divisão?

- Ainda em matéria de recursos humanos, tomando em consideração o recente Acórdão do Tribunal Constitucional que declara inconstitucionais os cortes salariais na função pública previstos no Orçamento de Estado de 2014, deve já neste mês de Junho ser efetuado o processamento de vencimentos sem os referidos cortes, aplicando a decisão do Tribunal, sem prejuízo da implementação de futuras decisões que o Governo venha a implementar neste domínio.

- Quero aqui tomar posição sobre o anúncio do Secretário de Estado dos Transportes, de implementar portagens da Auto-Estrada Transmontana. Lamento esse anúncio e ainda mais que ele tenha sido feito no concelho de Alijó. É uma medida errada, desde logo pela inexistência de alternativa para as populações e que deveria merecer desta Autarquia uma condenação firme, à semelhança do que outras autarquias da Região já fizeram.

- A propósito da presença do Secretário de Estado dos Transportes no concelho, para assinatura do contrato de empreitada da requalificação da margem esquerda do rio Pinhão, registo com desagrado o facto de nesse mesmo dia, de manhã, ter havido reunião de Câmara e de o Presidente da Câmara em exercício não ter informado o executivo do que iria acontecer nessa tarde, o que é inaceitável. Os restantes vereadores tiveram de saber pela comunicação social sobre o que aconteceu. Não se compreende.

- Relativamente às duas sentenças condenatórias recentemente proferidas pelo Tribunal Administrativo de Mirandela, condenando o Município de Alijó e que foram dadas a conhecer na última reunião de Câmara, fiz nessa ocasião a observação de que, tratando-se de decisões de primeira instância passíveis de recurso, deveria a Câmara recorrer, fazendo valer a sua posição nos Tribunais superiores, evitando o trânsito em julgado das decisões e desde logo o pagamento imediato dos montantes em causa.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Nessa ocasião, fomos informados de que num dos processos, o prazo para recorrer já havia decorrido e que no outro processo o prazo terminava no dia seguinte ao da reunião, sendo visível e evidente que também nesse caso, não seria apresentado qualquer recurso, obrigando-se o Município desde já a pagar as verbas em que havia sido condenado.

Fomos hoje informados pela Vereadora responsável pela coordenação jurídica, que no segundo dos processos, afinal, depois da reunião de Câmara, foi apresentado recurso. Registo esse facto com agrado, lamentando no entanto que o recurso apenas tenha sido apresentado depois do que aqui por nós foi mencionado, pois havia obrigação de agir mais responsabilmente.

Restam as consequências do trânsito em julgado da sentença no primeiro dos processos apresentados, o que implica o pagamento imediato pela Câmara de cerca de 20.000,00€, que o Município não teria de pagar, ou pelo menos não teria de pagar nesta fase, no caso de ser apresentado o competente recurso, o que não aconteceu, tendo havido incúria e desleixo, cuja responsabilidade política pertence a este executivo permanente e que o erário municipal agora terá de suportar.”

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes usou da palavra e disse que a Caixa Geral de Depósitos é uma instituição pública, de grande dimensão, que tem a obrigação de se mostrar disponível para negociar com as instituições que dela sejam clientes. Regista com agrado que a Câmara Municipal exija melhores condições por parte da CGD. A Câmara cumpre escrupulosamente os seus acordos com a CGD, por isso esta não tem nada a dizer. Afirma que as negociações devem ser feitas, tendo em conta as maiores e melhores vantagens para o nosso Município.

O Sr. Vereador João Manuel Gouveia Costa disse que se devem fazer negociações, e se a Caixa Agrícola tiver melhores condições, considera que se deve negociar com a



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Declumbrante Património Natural

mesma, os que melhor servirem os interesses do Município serão os que melhores condições financeiras ofereçam.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cristina Felgueiras comunicou ao Executivo Municipal que na reunião com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGEstE, lhe foi informado que irão encerrar as escolas de Santa Eugénia, Vilarinho de Cotas e São Mamede. A posição do Município foi de que está e sempre estará contra o encerramento de escolas e serviços no nosso concelho, e que informou também que o Município de Alijó não disponibilizará transportes e que a responsabilidade será sempre da Administração Central.

Relativamente aos processos que correm em tribunal, disse que, no que se refere ao do Sr. Luís Meireles, foi solicitada explicação ao Sr. Dr. José Maria; quanto ao do Sr. Paulo Dias, recorreram do mesmo.

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes deseja uma rápida recuperação ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de tomar o seu lugar e tudo voltar a normalidade para bem do concelho de Alijó.

Acrescenta que, no que concerne a processos judiciais, quanto mais não seja para ganhar tempo, é de opinião de que se deve sempre recorrer, até porque contestando, há sempre a possibilidade, ainda que às vezes remota, de ganhar, e (considerando a actual situação financeira da Câmara Municipal), devia-se, por maioria de razão, ter contestado.

Realça a importância de o PS ter ganho as eleições europeias no concelho de Alijó, feito que considera ser politicamente significativo e demonstrativo do descontentamento dos munícipes. Que embora esta câmara esteja a governar há pouco tempo, o eleitorado quis, desta formam, penalizar esta Camara e dar a vitória ao Partido Socialista.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Enquanto vereador eleito pelo PS ficou particularmente satisfeito com este resultado eleitoral no concelho de Alijó.

Disse, que se congratula com a posição do concelho de Murça, no último ato eleitoral (Europeias), pois de forma ordeira e corajosa conseguiram fazer ouvir a sua voz e levar a Portugal inteiro as suas legítimas preocupações, nomeadamente, no que toca ao encerramento de serviços públicos. Por isso, volta a relembrar esta situação, que urge darmos as mãos e unirmos esforços para defender o serviço de finanças de Alijó. Vale sempre a pena lutar por aquilo que nos faz falta, sobretudo quando temos razão, os serviços públicos são sempre necessários, particularmente, num concelho do interior como é o de Alijó.

Questiona o Sr. Presidente em exercício, se a Câmara Municipal tem fiscal de obras, mais concretamente de obras particulares? Disse que quando não há fiscalização, há uma certa tendência para infringir a legalidade e por essa via prolifera o abuso na construção. Como vereador entende que todos temos obrigação de defender o que é público, património o que a todos pertence. Se o Sr. Presidente da Câmara em exercício lhe disser que a situação está controlada, ótimo, mas este assunto é de extrema importância para a consolidação do desenvolvimento sustentável do concelho.

No que concerne às ETAR's, não lhe parece que estejam a funcionar corretamente. O ambiente, para um concelho que se quer afirmar no turismo, é importante, desde logo, saber como funcionam essas infraestruturas, até porque sabemos que exigem muita manutenção e manutenção dispendiosa. Por isso, pretende saber se a Câmara tem o levantamento dessas situações, e o que pretendem fazer relativamente às mesmas. Informa também que o Ministério do Ambiente notificou a Junta de Freguesia de Vila Chã, por causa da colocação de umas manilhas no ribeiro, à entrada de Vila Chã. Solicita ao Sr. Vice-Presidente da Câmara em exercício se pode enviar ao local o Sr. Arq.º Henrique Pinto, a fim de ajudar a Junta de Freguesia a fazer o levantamento topográfico e arranjo do espaço intervencionado, para se proceder à regularização da situação, junto da Hidráulica de Mirandela.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Solicita ainda, o envio de pessoal de forma a poderem dar uns arranjos aos jardins do centro de Dia e LAR de Idosos de Vila Chã, uma vez que logo que possível será inaugurado o LAR de Idosos. Aproveita para dizer que, logo que haja data, para a inauguração, será um prazer convidar todo o Executivo Municipal.

Questiona sobre o ponto da situação relativamente aos protocolos com as juntas de freguesia, realça que é importante avançar com esse instrumento de trabalho, para que os seus eleitos possam começar a resolver os problemas e a dar seguimento aos assuntos que se propuseram levar por diante junto dos seus fregueses.

No que se refere ao Teatro Auditório Municipal de Alijó, disse ser necessário esclarecer o que se passa, porque, para poderem responder às questões que lhes são colocadas, no dia-a-dia, têm que estar o mais, credenciados possível, munidos de informação e conhecedores do que efetivamente se passa.

Solicita que quando houver algum evento do género do ocorrido no Pinhão, o Executivo não permanente seja atempadamente informado, para que não tenham conhecimento apenas pela comunicação social. Do que leu na imprensa, nada indicava que a obra tinha sido idealizada, projetada e negociada com o anterior Executivo. Concorda que se deva defender aquilo em que acreditamos, mas, não fica bem, omitir situações ou chamar a nós aquilo que não nos pertence ou não fizemos. Se o problema era o Executivo não permanente estar presente, podiam estar descansados, que pela minha parte, nunca estaria presente num local onde para o qual não tenha sido convidado.

Quanto aos chefes de divisão, entende que, a bem do bom funcionamento da câmara e da eficácia dos serviços, os lugares devem ser ocupados, quanto antes.

Relativamente à comunicação das portagens, foi de mau tom terem escolhido o concelho de Alijó - (Pinhão), para comunicar a implementação da cobrança de portagens na A4. Mantém-se contra esta tomada de posição por parte do atual governo, até porque a A4 foi sobreposta no IP4, não deixando, por isso, qualquer alternativas à auto-estrada transmontana.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Quanto aos vencimentos dos trabalhadores da Câmara Municipal, questiona se já é este mês que vão repor os cortes efetuados por este governo. Faz a pergunta, porque tem conhecimento que muitas Câmaras do país, já vão proceder ao respetivo pagamento no mês de junho.

No que concerne à massa asfáltica, queria saber como está o processo, porque efetivamente existem estradas camarárias onde já não é possível desviarmo-nos dos buracos, nalguns casos já há mais estrada sem massa asfáltica do que com ela. Termina dizendo que o concelho, precisa mais do que umas simples limpezas de bermas, é necessário infraestruturas que tragam desenvolvam e criem emprego.

O Sr. Vereador João Manuel Gouveia da Costa disse que, no que respeita às sentenças proferidas pelo Tribunal Administrativo, é da opinião que deverá haver sempre um recurso, desde que haja essa possibilidade, pois nunca se deve dar como adquirido que a condenação do tribunal em 1.ª instância é a resolução definitiva. No que diz respeito ao encerramento das escolas, congratula-se com a posição tomada pela Sr.ª Vereadora, a Câmara deve estar contra o fecho de serviços, sejam eles quais forem, no concelho de Alijó. Quanto ao Auditório Municipal disse que a visita ao local é importante e que com a maior celeridade possível deverá ser resolvido o problema. Apela ao Sr. Vice Presidente no sentido de, este Município, processar já em junho os vencimentos sem os cortes chumbados pelo Tribunal Constitucional.

Tomou a palavra o Sr. vereador Manuel Adérito Figueira dizendo que conhece as dificuldades e são muitas, que a Câmara tem para manter todas as bermas limpas e cumprir com a legislação. Frisa o estado da estrada Franzilhal-Amieiro, porque está muito degradada. Acrescenta que limpar as bermas e deixar as valetas sem limpeza é o mesmo que não fazer nada, porque outros problemas são causados se não houver essa desobstrução.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Informa que na passada sexta-feira (dia 30 de maio) foi ao Porto para ser ouvido pelas Sr.ªs Inspetoras, no âmbito de um inquérito que decorre no Município de Alijó. Este inquérito foi solicitado pelo próprio executivo, quando o Sr. Presidente informou em Reunião de Câmara que não sabia de nada. O mesmo aconteceu em sessão da assembleia Municipal o que denuncia um total desrespeito por toda a vereação e por toda a Assembleia Municipal.

Quando ouvido, disse a verdade e assumiu as suas culpas. Acrescenta que detetou uma falha, que não sabe se é de quem pediu a inspeção ou de quem a está a fazer: os únicos documentos que a inspeção tem em seu poder são do empreiteiro; os documentos da Câmara não os viu, pelo menos foi o que lhe deram a conhecer. Estranhou os montantes dos trabalhos a mais de duas estradas: Carlão – Franzilhal e S. Mamede – Safres, que ultrapassa o valor dos concursos. Comprometeu-se a ir ver as obras e foi o que fez no dia de hoje. Acrescenta que os únicos trabalhos que conhecia eram um muro que estava a cair, e a rede de água e saneamento numa rua à saída do Franzilhal, uma vez que já lá estavam as máquinas, mandou fazer esses trabalhos. Assim sendo, e de forma a evitar dúvidas, propõe à Câmara:

- 1.º Que mande os serviços técnicos da Câmara Municipal medir as obras que estão em causa, acompanhados dos empreiteiros;
- 2.º Que verifiquem nos autos dos empreiteiros se os preços unitários correspondem com as obras adjudicadas na mesma altura;
- 3.º Que tentem indagar nos concelhos próximos se nas obras do mesmo tipo realizadas pelos empreiteiros, há ou não diferenças significativas nos custos unitários.

A Sr.ª Vereadora Cristina Felgueiras disse que este procedimento deveria ter sido feito pelo executivo anterior, em 2008, aquando da contestação.

O Sr. Vereador Miguel Rodrigues, na sequência da intervenção anterior, afirmou lamentar a atitude dissimulada assumida pelo Executivo permanente, pois o Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

deu conhecimento de que estava a decorrer na autarquia um inquérito da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), afirmando nada ter a ver com o mesmo, quando segundo as revelações aqui hoje feitas pelo Sr. Vereador Adérito Figueira, foi o próprio Presidente da Câmara quem pediu essa Inspeção. Afirmou não se tratar aqui de criticar a realização do inquérito da IGF, estando à vontade até porque não é visado nessas matérias, mas sim de criticar o facto de o Presidente da Câmara não ter assumido que esse inquérito foi por si despoletado, utilizando-o como instrumento de arremesso político.

A Sr.ª Vereadora Cristina Felgueiras disse que lamenta o que se disse sobre o Sr. Presidente da Câmara, porque não acredita que tenha solicitado a presença do IGF, sem dar conhecimento ao Vice-Presidente ou a si, como Vereadora. Explica que o que aconteceu foi que o Sr. Presidente da Câmara levou a preocupação dos processos judiciais junto do Sr. Secretário de Estado da Administração Local. Considerar essa preocupação uma atitude dissimulada não lhe parece uma análise correta, parece-lhe sim uma atitude de responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara em comunicar ao Sr. Secretário de Estado essas inquietações.

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes tomou a palavra e disse que considera ser grave, o que estão a ouvir. A ser verdade o que disse o Sr. Vereador Manuel Adérito Figueira, o Sr. Presidente da Câmara usou das suas influências para solicitar a presença da IGF. Realçamos, que já com a inspeção a decorrer nesta Autarquia, foi aqui dito em reunião do Executivo Municipal, que a Câmara nada tinha a ver com a vinda da mesma. O que nos leva a pensar que havia uma obsessão doentia pela auditoria, fosse ela interna externa ou do governo, e não a conseguindo pela via normal – reuniões de camara e assembleia-, enveredou-se pela IGF. Lamenta que tenha acontecido assim, porque veio criar um clima de desconfiança, que não vai, em nada, de encontro à resolução dos problemas da Câmara municipal e dos munícipes. Acrescenta que constituirão o Executivo Municipal durante, pelo menos, mais três anos, e o que viu



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

hoje, em nada contribuiu para melhorar as relações entre Executivo permanente e não permanente.

Disse ainda, que entende que, quem fez as obras, neste caso os empreiteiros, recebam pelas obras que realmente fizeram, devidamente medidas e nada mais do que isso. Para o efeito deve-se apurar a verdade.

Relativamente às questões colocadas pelos Sr.s vereadores, o Sr. Presidente da Câmara em exercício prestou os seguintes esclarecimentos:

- Quanto à presença da IGF na Câmara Municipal, disse desconhecer os factos descritos, pelo que não se manifesta;
- Quanto os processos referentes aos empreiteiros, reforça que não se pagará nem mais um cêntimo, sem as devidas medições;
- Quanto à limpeza de estradas esclarece que a limpeza do mato circundante é feita com uma retroescavadora e camião, tornando-se muito difícil a sua remoção. Contudo a regra é retirar os matos e limpar os aquedutos, o que tem vindo a ser feito, dentro das capacidades da Autarquia.
- Quanto à massa asfáltica, informa que os serviços técnicos responsáveis verificaram as carências, de forma a poder resolver essas situações e estima-se a aquisição de 100 toneladas;
- Quanto ao evento ocorrido no Pinhão disse que se não deu conhecimento do mesmo ao Executivo, foi por esquecimento. A organização esteve a cargo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos - IPTM e a agenda coube à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - CCDR-N, não tendo a Câmara Municipal convidado ninguém. Acrescenta que não é, nem foi intenção, chamar a nós a obra, apenas fomos convidados para estarem presentes.
- Quanto ao relatório do Teatro Auditório Municipal admite falha no envio do mesmo aos Srs. Vereadores, e disse que é prioridade do Executivo permanente colocar o Auditório



MUNICÍPIO DE  
**ALIJO**

Daslumbrante Património Natural

Municipal em funcionamento. Informa ainda que estão à espera de uma proposta do Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC.

- Quanto aos protocolos com as Juntas de Freguesia disse que deixou um desafio às mesmas e que estão à espera das suas iniciativas.

- Quanto à reposição dos vencimentos dos trabalhadores municipais, informa que estão preparados para efetuar as mesmas, sendo que os vencimentos no mês de junho serão processados sem cortes.

- Quanto aos Chefes de Divisão, e conforme foi informado em dezembro de 2013, é vontade deste Executivo ocupar urgentemente esses cargos, porém ainda não foi possível proceder à abertura dos respetivos concursos, uma vez que os serviços têm sido “assaltados” com assuntos urgentes que surgem e que necessitam de uma atuação/resolução rápida. Ora, como sabem, um concurso para admissão de pessoal, tem que cumprir requisitos e prazos, e considerando que são cargos de chefia, consideramos que deverão ser feitos com o máximo de profissionalismo possível. Contudo temos consciência que os serviços não podem ser prejudicados, e brevemente irão desenvolver este assunto.

- Quanto à questão se existe fiscal de obras particulares no mapa de pessoal desta Autarquia, a resposta é afirmativa. Gostaríamos de ter mais um, mas devido às imposições legais, no que respeita à admissão de novos trabalhadores, não nos é possível. Informa que foi designado um outro trabalhador para acompanhar o fiscal de obras.

- Quanto às ETAR's disse que na sua maioria (as que são geridas pela Câmara Municipal) o funcionamento não é o melhor, pois quase todas estão subdimensionadas.

O Executivo Municipal deliberou agendar a próxima reunião de Câmara, marcada para o dia 12 de junho, para o dia 19 de junho às 09h30, devido a impossibilidade de agenda dos Srs. Vereadores.

Pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira foi dito que:

Rua General  
Alves Pedrosa, 13  
5070-051 ALIJÓ  
Telef.: 259 957 100  
Fax: 259 959 738





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

disse só ter tido conhecimento no dia anterior, o prazo para recorrer terminaria no dia seguinte, tendo feito várias considerações sobre o mandatário deste último processo. A intervenção da Dr.<sup>a</sup> Cristina Felgueiras aparece na ata numa versão demasiado rebuscada que não tem correspondência com o que verdadeiramente aconteceu.”

## **2.DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

**2.1** Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2014/06/02 apresentando um total de disponibilidades 3.176.682,41€ sendo 2.485.150,15€ de dotações orçamentais e 691.532,26€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.*

**2.2** Pedido de substituição de licença de táxi, em nome de António Augusto Monteiro dos Santos, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente substituição de licença de táxi, nos termos do alínea x) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

**2.3** Presente informação n.º 38/2014 (DAF) propondo a abertura de procedimento de despesa, para a prestação de serviços de um revisor oficial de contas, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: Deliberado, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada e dar autorização prévia para o procedimento proposto.*



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

### 3. DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

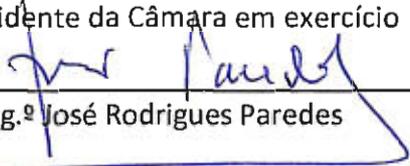
**3.1** Presente informação DOU/OPM/2014/145 referente à prorrogação do contrato com a firma EGEO, SGPS para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó, para o mês de junho de 2014, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: Deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação do contrato com a firma EGEO, SGPS para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó, para o mês de junho.*

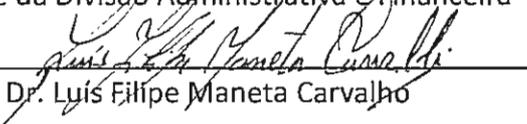
#### APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 20/06/2014, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57º da Lei nº 75/2012, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara em exercício, e por mim Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

O Presidente da Câmara em exercício

  
Eng.º José Rodrigues Paredes

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

  
Dr. Luís Filipe Maneta Carvalho